TECENDO CAMINHOS ANTIRRACISTAS: FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE E A EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Renata Cardoso Oliveira
Orcid 0009-0004-1535-1011

Palavras-chave: Formação de professores. Educação para relações étnico-racial. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O presente estudo emerge de uma pesquisa de doutorado que se dedicou a compreender os modos como a legislação nº 10.639/03 se inscreve nos cursos de licenciatura do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Januária. Em um contexto marcado pela permanência das desigualdades raciais e pela necessidade de consolidação de práticas educativas antirracistas, torna-se fundamental refletir sobre as instituições formadoras na construção de uma educação comprometida com a justiça social e racial.

Ancorado nas discussões sobre formação de professores (Freire 2002; Gomes 2003; Munanga 2008), e nas políticas públicas educacionais e educação antirracista, o estudo analisou a maneira como a Educação para relações étnico-raciais tem sido incorporada nos processos formativos, considerando avanços legais estabelecidos, principalmente, pelas leis nº 10.639/03 e 11.645/08.

Mais do que o cumprimento de dispositivos legais, compreende-se que a formação docente precisa possibilitar práticas pedagógicas críticas, capazes de enfrentar o racismo estrutural e promover uma educação pautada na equidade racial.

De caráter qualitativo a pesquisa utilizou na primeira fase do estudo da análise documental e segunda fase do grupo focal e entrevistas, e a partir da análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos das licenciaturas, buscou identificar como a temática étnico-racial aparece nos currículos e nas propostas formativas.

O grupo focal foi realizado com 8 (oito)licenciando/as do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais/ Campus Januária, técnica que possibilitou compreender percepções, experiências e sentidos atribuídos à Educação para relações étnico-raciais a partir da ótica do/as acadêmico/as.

Também foram realizadas entrevistas com integrantes do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas (NEABi), considerando suas contribuições na promoção de práticas, debates e ações voltadas à educação antirracista neste espaço formativo. Esses caminhos metodológicos possibilitaram a constituição da segunda fase da pesquisa, caracterizada como o primeiro movimento de aproximação com os sujeitos do campo, e a técnica escolhida possibilitou a produção de dados a partir da interação e da discussão coletiva entre os participantes.

FUNDAMENTAÇÃO TÉORICA

Entendemos a formação inicial docente como *lócus* estratégico para promoção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade, justiça racial e social. Nesse contexto, a Educação para relações étnico-raciais ultrapassa a condição de temática transversal e deve ser compreendida como eixo estruturante dos currículos formativos, exigindo desse modo a revisão das bases históricas e epistemológicas em que os cursos de licenciaturas se alicerçam.

De acordo com Munanga (2008) a ausência de estudos acerca da história da África, da cultura afro-brasileira e das relações raciais na formação de professores compromete significativamente a atuação docente, uma vez que limita a compreensão crítica das desigualdades racialmente produzidas na sociedade brasileira. Tal lacuna evidencia a necessidade de ampliar o debate sobre a questão racial nos processos formativos, de modo que futuros professores desenvolvam práticas pedagógicas comprometidas com o letramento racial e com a construção de uma educação antirracista.

Nessa direção, as normativas que orientam a Educação das relações étnico-raciais representam importante marco político e educacional ao defenderem não apenas a inserção formal da temática étnico-racial nos currículos, mas a reconfiguração da própria lógica formativa nas licenciaturas.

Ao dialogar com Gomes (2008), compreende-se que a resistência em reconhecer a discussão racial como responsabilidade da escola revela uma visão reducionista do papel da educação, desconsiderando sua função social, política e formativa. Para a autora relegar o debate para outros campos do conhecimento contribui para a manutenção de práticas pedagógicas que silenciam desigualdades e reforçam estruturas históricas de exclusão.

Assim, pensar uma educação antirracista implica reconhecer as relações étnico-raciais como dimensão constitutiva do currículo, prática docente e dos projetos pedagógicos institucionais.

Desse modo, a formação inicial docente precisa assumir compromisso efetivo com a implementação de políticas de Educação para relações étnico-raciais, articulando conhecimentos

teóricos, práticas pedagógicas e posicionamentos críticos diante das desigualdades raciais e sociais.

Trata-se de compreender a Educação para relações étnico-raciais na formação de professores não como uma ação periférica ou complementar, mas como fundamento indispensável para a consolidação de uma formação docente comprometida com a transformação social e com a construção de práticas educativas democráticas e inclusivas.

De acordo com a Profª Petronilha Beatriz[1], primeira mulher negra a compor assento no Conselho Nacional de Educação (CNE) e, nessa condição, relatora do parecer que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais (DCNERER), a Educação para relações étnico-raciais não é um tema ou uma lista de conteúdos a ser inserido pontualmente nos currículos. Trata-se sobretudo, de um projeto de sociedade comprometido com a equidade, com reconhecimento das diferenças e com a superação das desigualdades.

Nessa perspectiva, pensar a formação inicial de professores implica compreender a educação antirracista na dimensão constitutiva da prática docente, exigindo o desenvolvimento de currículos, práticas pedagógicas e processos formativos comprometidos com a construção de uma educação mais democrática e inclusiva.

CURRÍCULO, FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE E EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DISCUSSÕES A PARTIR DA PESQUISA

A pesquisa parte da compreensão de currículo como construção social, histórica, política e cultural, concebendo-o para além de uma simples organização de conteúdos e disciplinas.

Nessa perspectiva o currículo é entendido como espaço de disputas, intencionalidades e relações de poder, permanentemente atravessado por contextos sociais e pelas concepções de sociedade, conhecimento e formação humana que orientam os processos educativos.

Em consonância com as reflexões de Macedo (2007) que defende a ideia do currículo como um dispositivo que abarca as dimensões políticas, pedagógicas e sociais, e, é disputado pelo fato de possibilitar aos " sujeitos curriculantes[2]" ressignificações formativas, históricas e sociais que compreendemos o currículo como movimento, marcado por tensões, silenciamentos, permanências e possibilidades de transformação, refletindo tanto projetos hegemônicos quanto resistências produzidas no interior das instituições formadoras.

Sob essa ótica, ao analisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos de licenciatura observou-se que a Educação para relações étnico-raciais (ERER), embora respalda pelos marcos legais e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, ainda ocupa um lugar periférico nos currículos de formação inicial docente.

Na análise dos Projetos Pedagógicos do curso, observa-se que o documento preconiza o trabalho com a Educação para relações étnico-raciais, no entanto, o que é intencionado na proposta se distancia do que é vivido no curso.

---

[1] Palestra ministrada pela Profª Drª Petronilha Beatriz no evento Educação para relações étnico-raciais: a luta por políticas públicas que cheguem na escola. Acesso 02 de maio 2026 https://youtu.be/Zh3EQzPsPjk?si=FvEoKlDAWHcgsZbO

[2] De acordo com Roberto Sidnei Macedo (2013) os sujeitos curriculantes são atores sociais que nas suas experiências formativas movimentam e problematizam questões de currículo a partir de uma confederação de interesses.

.

Nesse contexto, o currículo constitui-se como lócus de disputas, no qual diferentes projetos formativos, concepções de conhecimento e compreensões sobre as relações étnico-raciais entram em conflito, resultando, por vezes, em silenciamentos curriculares e deslocamentos epistemológicos e ou inserções pontua inicial docente.

O grupo focal realizado com o/as licenciando/as e as entrevistas realizadas com os integrantes do NEABI reforçaram essa compreensão ao evidenciarem que a Educação para relações étnico-raciais ainda não ocupa a centralidade dos processos formativos.

Os partícipes apontaram que as discussões sobre a temática parecem em grande medida, de forma pontual, vinculadas a iniciativas individuais de docentes, projetos de extensão ou ações promovidas pelo NEABI, sem que haja uma articulação estruturante no currículo dos cursos de licenciatura.

Desse modo, os achados de pesquisa revelam tensões entre o que é previsto nos documentos institucionais e o que efetivamente se materializa nas experiencias formativas, indicando que a Educação para relações étnico-raciais permanece atravessada por processos de marginalização curricular e fragilidade epistemológica na formação inicial docente.

Assim, entendemos que mais do que um problema de ausência normativa a investigação revelou que a materialização da temática no currículo é mediada por condições institucionais, acepções curriculares e disputas no que tange a formação de conhecimento que orientam esses processos formativos.

CONCLUSÕES

Este estudo evidenciou que, embora a Educação para as relações étnico-raciais esteja prevista na legislação e apareça formalmente nos Projetos Pedagógicos dos cursos analisados, sua materialização na formação inicial docente ainda ocorre de maneira periférica e fragmentada. A análise documental, o grupo focal com o/as licenciando/as e as entrevistas com os integrantes do NEABI revelaram distanciamento entre o currículo prescrito e o vivido, demonstrando que as discussões sobre a Educação para relações étnico-raciais permanecem, em muitos casos, condicionadas a iniciativas isoladas, ações extensionistas e ao engajamento individual de cada docente.

Os achados permitiram compreender o currículo atravessado por silenciamentos, ausências e tensões que refletem relações raciais históricas e de poder.

Nesse contexto, a pesquisa aponta para a necessidade de fortalecer a centralidade da Educação para relações étnico-raciais nos cursos de licenciatura por meio de políticas públicas de formação de professores, para que além da exigência legal, edifique a formação com compromisso ético, político e pedagógico com a construção de práticas educativas antirracistas.

O estudo contribui ao demonstrar que o desafio imposto reside em materializar a temática nos cursos de licenciatura, pois embora haja respaldo legal e curricular, a temática ainda é desenvolvida de forma pontual e periférica, o que reforça a necessidade de políticas institucionais que garantam a centralidade da Educação para relações étnico-raciais nos currículos de licenciatura.

Dessa forma, defende-se a urgência de processos formativos que promovam a centralidade da temática nos currículos, valorizem epistemologias historicamente marginalizadas e possibilitem uma formação inicial docente crítica, comprometida com a justiça social e com o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais presentes na educação brasileira.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, M. S. de L; KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 268-277, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v29i1p268-277. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/170783. Acesso em: 16 maio 2021.

GOMES, N.L. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** Educação e Pesquisa. V.29, n.1, p. 167-182, jan/jun. 2003.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. Brasília: MEC. 2008.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo, Diversidade e Equidade**: Luzes para uma educação intercrítica. Salvador: EDUFBA, 2007.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A Teoria Etnoconstitutiva de Currículo**. Curitiba: CRV, 2016.